



NÃO HA'  
PARTICIPACÃO  
SEM  
OPINIÃO

OPINIÃO

OPINIÃO 79

## 1979 - ANO DA RECONSTRUÇÃO DA UNE, MAS TAMBÉM, DA FALSA ABERTURA, DA MEIA ANISTIA...

*Nos últimos tempos, temos percebido que muita coisa está acontecendo e mudando em nosso país. O povo cansado de ser explorado, começa a se rebelar contra o regime, se organizando e reclamando por seus direitos. Todos os setores da sociedade brasileira, operários, médicos, professores, trabalhadores do campo, donas de casa reivindicam melhores condições de vida e trabalho se opondo à ditadura militar que a custa da exploração e opressão do povo brasileiro, fomenta o enriquecimento cada vez maior de grupos nacionais e multinacionais.*

É nesse passo que nós estudantes, também organizamos nossa entidade, para viabilizar uma luta que também é nossa. Neste ano, com o Congresso de Salvador reconstruímos nossa entidade maior, a UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE, que tem um passado de luta e tendo sido desmantelada pelas forças repressivas da ditadura em 1968.

A UNE, vem engrossar de forma significativa os setores da oposição brasileira, cabendo a ela não só lutar por uma democratização da universidade e melhores condições de ensino, mas também, pelo fim da exploração do nosso povo e pela construção de uma sociedade mais justa.

Muito embora, estarmos em tempos de "abertura", como vem pregando o regime, percebemos o quanto ela é falha. Prova disso é a Lei da Anistia, do General Figueiredo (ou do Portela, tanto faz), onde numa manobra composta de alguns artigos, entre outras coisas, anistia os torturadores e outros responsáveis pela violência do regime: impede os trabalhadores, casados pela CLT, de terem qualquer militância sindical; os funcionários públicos deverão passar por uma espécie de triagem, para retornar ao emprego: e, na verdade, por esta pseudo-anistia, deixa no mesmo estágio milhares de pessoas. A-

lém do mais, nenhuma menção foi feita ao aparato repressivo criado pela Ditadura, que assim, se mantém intacto.

Entendemos, como vários outros setores da sociedade, que não é essa a anistia que queremos. Devem ser anistiados todos aqueles, que praticaram atos (ainda que considerados "crime") levados por motivos políticos, mesmo que, na defesa de seus ideais contra a prepotência, o arbítrio e a repressão tenham usado meios violentos. Entendemos ainda, que de nada adianta anistia, sem a revogação das leis de exceção, como a Lei de Segurança Nacional e sem o desmantelamento dos aparelhos repressivos, que continuam ameaçando o povo brasileiro como uma guilhotina pairando sobre nossas cabeças. Assim, a luta continua, exigimos ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, FIM DE TODO O APARATO REPRESSIVO DO REGIME e a REVOGAÇÃO DE TODAS AS LEIS DE EXCEÇÃO.

Sabemos que o bipartidarismo, que a partir do golpe militar de 64 se instalou no Brasil, jamais representou as tendências e interesses do povo brasileiro já que foram formados a base do "bem me quer mal me quer", e nunca corresponderam às funções natas de partidos políticos.

Agora, o governo (continuando seu programa de "abertura") propõe a chamada "reformulação partidária" pois percebe o crescimento e organização da Oposição. Atentando contra todos os princípios democráticos quer extinguir o MDB e criar partidos conforme suas regras, com claro intuito de dividir a oposição brasileira e mudar novamente as regras do jogo (como fez pelo pacote de abril). Pretende com isso que as coisas fiquem como estão e mantenha-se o mesmo jogo de forças, com a recuperação do "apoio político" que vem perdendo com o avanço popular.

Entretanto, entendemos que não é dessa forma que se devem formar partidos (de cima para baixo), nem ressuscitando as velhas siglas - (PTB, PSD, PDC) é que os interesses do povo brasileiro estarão sendo defendidos. Entendemos, que um partido verdadeiramente popular que represente de fato os anseios da maioria da população não será nenhum desses distantes do movimento popular de oposição: será no bojo das lutas travadas pelo movimento que se construirá um partido popular, com raízes assentadas entre aqueles que hoje não participam efe-

tivamente do processo político.

Nos deparamos, também, com a triste situação econômica do país com uma dívida externa de dezenas de bilhões de dólares, alto índice de inflação e uma profunda crise energética. Está aí o efeito do fabuloso "milagre econômico", baseado cada vez mais na entrada do capital estrangeiro e no arrocho salarial, este imposto durante anos à classe trabalhadora, por meio da força, a pretexto de se fazer crescer um bolo, que jamais se quis dividir.

Agora fala-se que todos devem se sacrificar, fala-se em economia de guerra, para que o país saia da crise. Ora, os trabalhadores não aceitam mais o arrocho salarial, nem o alto custo de vida, dos transportes e dos combustíveis. A ditadura é que encontre a saída para o seu "milagre" sem continuar explorando o povo, sem entregar nossos recursos naturais às multinacionais que não se endividem mais com aventuras atômicas desnecessárias, que diminuam os lucros das grandes empresas nacionais e estrangeiras, dos bancos e das financeiras, basta de fazer o povo pagar pelo enriquecimento de alguns.

## UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA?

*A Universidade, como centro de produção do conhecimento científico deve promover uma formação crítica e, por meio de debates livres e pesquisas, projetar o aprimoramento e transformação da sociedade, buscando atender os interesses da maioria da população, devendo estar, portanto, comprometida com os destinos da sociedade em que está inserida.*

Infelizmente, não é assim que se apresenta a Universidade Brasileira e neste quadro a PUC não é uma exceção, pois também reflete a concepção de universidade imposta pelo regime ditatorial em que vivemos. Esta procura formar apenas técnicos,

com vistas a atender os interesses das grandes empresas nacionais e estrangeiras, que querem tão somente mão-de-obra barata, não lhes interessando profissionais formados com uma visão crítica, com vistas à produção de conhecimentos para atende-

rem aos interesses da maioria de ns  
sa população.

Assim, o Estado cada vez mais  
vai se desobrigando de sua responsa  
bilidade com a Educação, reduzindo  
gradativamente as verbas do orçamen  
to para esse fim (lilx em 64; 4,1 X  
em 79) e com isso incentivando a pro  
liferação de escolas pagas que, na  
maioria delas, além do baixo nível  
de ensino, funcionam como verdadei  
ras empresas, cobrando altas anuida  
des, objetivando lucros cada vez  
maiores, elitizando, assim, cada  
vez mais o ensino em nosso país.

#### O PROJETO PORTELA

Buscando piorar ainda mais es  
ta situação o Ministro Portela ( o  
da Educação) elaborou um projeto de  
lei que pretende acabar definitiva  
mente com o ensino gratuito em nos  
so país. De acordo com este projeto  
o governo pretende transformar em  
instituições de direito privado, fi  
nanciadas pelas empresas interessa  
das nos seus cursos, as poucas esco  
las públicas que ainda existem.

Resultará disso uma queda ain  
da maior no nível de ensino, já que  
os currículos atenderão a interesses

empresariais e definitivamente o en  
sino deixará de atender a maioria  
da população.

E os atos de exceção que an  
tes se resumiam em decretos, ora ex  
tintos, com a sua incorporação nos  
regimentos internos das universida  
des limitam a atuação dos alunos a  
sua sala de aula. Mantendo, também,  
o perigo da suspensão, jubilação.

Nesse momento, temos em fase  
de estudos os novos Estatutos da RC  
que tramitam nas instâncias superio  
res de nossa Universidade. Entende  
mos que a discussão sobre novos es  
tatutos da universidade deve se dar  
por toda Comunidade Universitária -  
(professores, alunos e funcionários)  
para que todos, conjuntamente, par  
ticipem com o fim de adequar a rea  
lidade e as nossas necessidades e  
efetivarmos uma universidade livre  
e democrática.

Dessa forma, somos contra o  
Projeto Portela, contra o ensino pa  
go, contra a elitização do ensino,  
por uma universidade voltada aos in  
teresses da maioria do povo brasi  
leiro, pelo ensino público e gratui  
to para todos, por mais verbas para  
a educação, por uma universidade li  
vre, crítica e criativa.

#### NAO E DIPEITO O QUE EXISTE NESTA FACULDADE

*Temos hoje,  
produto de 15 anos  
de ditadura, sob as vestes  
dos estatutos universitários,  
uma Faculdade atrelada aos interes  
ses do poder estabelecido, reprodutora  
de uma realidade estática e não transforma  
dora. O curso de Direito possui uma visão tec  
nicista, reflexo de um sistema arbitrário cuja in  
tensão maior no setor da educação é formar mão de obra  
barata, voltada para os interesses das grandes empresas.*

Atualmente, o ensino na Faculdade de Direito é extremamente positivista e legalista. Nunca se discute o porque das leis ou para que servem as leis. Os professores sempre saem com evasivas do gênero: "esse tema não tem que ser discutido aqui", ou então, "vamos tomar um chopp que este papo é para o bar". Dessa maneira, o Direito como instrumento de poder nunca é questionado não importando saber que poder é este, a que interesses está servindo o Direito.

Para nós não é a simples mudança de professores aqui e ali que irá mudar, efetivamente, esta concepção. Essa mudança deve ser muito mais profunda, inclusive com discussões sobre a função do Direito na sociedade. Acreditamos que o Direito deveria ser utilizado como forma de defesa dos interesses da população oprimida. Uma faculdade de não deve formar advogados "para carpete" e sim advogados que devem atuar junto às massas trabalhadoras com mais uma forma de organização popular.

Um dos entraves maiores que sentimos para efetivação de mudanças profundas é a forma ditatorial com que os feudos departamentais atuam.

O poder na Faculdade de Direito está organizado em órgãos colegiados onde a representação discente tem um mínimo de representatividade, estando na proporção de um para cada cinco, na maior delas (como é o caso do Conselho Departamental composto por 15 professores e 3 alunos). Os Departamentos, em número de 5, são compostos cada qual pelo conjunto dos professores que ministram matérias vinculadas ao departamento e por apenas um representante dos alunos. O Diretor é eleito mediante lista tríplice enviada pelo Conselho Departamental à Reitoria).

Entendemos que somente com a transformação desses órgãos de participação é que teremos condições de alcançar as metas democráticas que nos permitirão construir cursos verdadeiramente voltados à realidade brasileira.

Nesse sentido, visando apresentar propostas práticas para a eliminação desta estrutura retrógrada e anti-demoncrática em nossa escola, assim como, deste ensino desvinculado da realidade social, propomos:

1. Que se promovam eleições diretas para a direção da Faculdade de Direito, com a participação de alunos e professores.
2. Que o Conselho Departamental e os Departamentos sejam órgãos paritários tendo igual número de alunos e professores com reuniões periódicas. Com isso, visamos dinamizar o Conselho e os departamentos transformando-os em núcleos de discussão de currículo, discussão pedagógica e mesmo num núcleo de estudos sobre as matérias que compõem os mesmos. Os Departamentos devem possuir a agilidade necessária para corrigir as deficiências surgidas no decorrer do curso propondo alternativas de mudança.
3. Que se promovam congressos anuais na Faculdade de Direito, onde sejam discutidos pelos professores, alunos e funcionários o método de ensino, a questão curricular e a integração da Faculdade no contexto da Universidade.

Este ano, uma das maiores conquistas dos estudantes desta escola foi aprovação por parte do Conselho Departamental da realização de um Congresso na Faculdade de Direito. Esta "abertura" (mesmo não compreendida por nós) deve ser aproveitada e aumentada com a realização daqui para frente de congressos anuais que visarão sempre um aperfeiçoamento da Faculdade de Direito.

O Centro Acadêmico é os alunos da Faculdade lado de sua função e a ele encaixar

## C.A., ENTIDADE DE TODOS OS ALUNOS

a entidade de todos de de Direito. Ao representativa, ca- a solução dos pro-

blemas dos alunos, no que se referir ao aprimoramento do currículo, remanejamento de professores, critérios de aprovação etc., tanto a nível de sala de aula como de faculdade como um todo; e, também, fortalecer as lutas maiores dos estudantes na sociedade, pois, por ser entidade de base no Movimento Estudantil, cabe a ele o trabalho de mobilização junto aos alunos, devendo ele funcionar como verdadeiro centro de debates sobre assuntos internos e externos que afetem direta ou indiretamente os alunos de Direito.

Entretanto, observamos que a nossa entidade não se apresenta assim. Existe uma distância muito grande entre o aluno da faculdade e o Centro Acadêmico, o que, a nosso ver não deve existir, pois, Centro Acadêmico e alunos devem ser uma coisa só. Este enfraquecimento denota-se da falta de participação dos estudantes, ocasionado pela falta de canais de participação para tanto. Hoje, os problemas que surgem numa sala de aula são resolvidos ou pelos alunos ou permanecem insolúveis, trazendo descrédito àqueles a quem foi confiada a direção da entidade.

Os canais de participação que foram citados, logicamente, devem ser criados pela direção da entidade e por ela estimulados. Mas, cabe exclusivamente aos alunos a efetivação desses canais. Muitos departamentos foram criados, mas nunca tiveram um trabalho realmente prático por faltar justamente a estes a presença efetiva dos alunos.

A distinção básica que deve existir aqui, está em diferenciar a Entidade da Diretoria do Centro Acadêmico. À Diretoria cabe levar a posição da maioria dos alunos e atuar em todos os seus desdobramentos.

A visão que temos de entidade é de ser o órgão que aglutinaria todos os alunos da Faculdade, não importando para isso a sua posição política ideológica. Só assim conseguiremos, no Centro Acadêmico, uma

melhor participação de todos os alunos da Faculdade.

Nossas propostas para tanto, são as seguintes:

a) **Assembleias** - instância máxima de deliberação dos alunos. Tem como objetivo, a mobilização destes, frente a questões de interesse geral, sendo suas decisões encaminhadas pela Diretoria do Centro Acadêmico ou comissões que, por ventura, sem por ela criadas. Estas assembleias deverão ser convocadas pela Diretoria, no mínimo uma vez por semestre.

b) **Diretoria** - tem como objetivo encaminhar as lutas e interesses dos estudantes na Faculdade ou fora dela. Cabe à Diretoria incentivar a criação de comissões de trabalho (ou de estudos), que se constituirão para discussão, estudo e criação de soluções para os problemas que afetem a nossa Faculdade, tais como currículo, contratação de professores etc.

c) **Conselho de Representantes de Classe** - composto por dois representantes de cada sala de aula e ali eleitos. Tem por objetivo a discussão e busca da solução dos problemas de cada classe, evitando assim, o isolamento dos alunos e propiciando a integração destes, para que, com uma visão mais ampla daquilo que os afeta, possam em conjunto traçar linhas de atuação na faculdade. Junto com a Diretoria do C.A.,

o Conselho tem poder deliberativo - para assuntos acadêmicos. Como exemplo, podemos citar uma eventual comissão de currículo, formada por elementos do Conselho, que após ouvidas as propostas de cada classe, elaborará uma proposta única para a Faculdade.

**d) Departamentos** - a criação e incentivo de Departamentos do Centro Acadêmico é outra forma que acreditamos ser fundamental para a participação e integração dos alunos nas diversas atividades acadêmicas, artísticas e culturais. Cabe à Diretoria o apoio aos departamentos e apenas aos alunos a sua efetivação e funcionamento. Para tanto, propomos os seguintes departamentos:

**IMPRESSA** - é necessária a edição periódica do Jornal do 22 (que este ano saiu apenas uma vez), que deve funcionar como órgão de informação e divulgação do Centro Acadêmico e, principalmente, onde possam participar todos os alunos interessados, como forma de fazer desse jornal, um instrumento onde, abertamente, todos os estudantes possam divulgar aos companheiros os principais fatos que dizem respeito à Faculdade de Direito, à Universidade e à sociedade.

**TEATRO** - além de promover um curso de teatro, como já vem fazendo, entendemos que o Departamento de teatro, deve desenvolver trabalhos voltados à realidade brasileira, apresentando aos estudantes peças que possam fazer interessá-los por essa arte, como era feito a tempos atrás.

**MÚSICA** - atualmente, temos os instrumentos deste departamento sem condições de utilização (viola piano) e a falta de inúmeros outros. Pretendemos reativar o departamento de música com constantes promoções de shows no Tuca e mesmo no Centro Acadêmico (sambão de sexta-feira).

**BIBLIOTECA** - sabemos das deficiências da biblioteca de nossa Universidade, no tocante a obras recentes e quantidade de volumes de uma mesma obra. Precisamos iniciar a formação de uma biblioteca em nosso C.A. com obras de Direito e outras ciências afins, onde seria mantido um serviço de empréstimo de códigos em dias de prova.

**CINE-CLUBE** - este departamento que já teve grande atividade de em outros tempos, deve ser reativado, apresentando filmes não ligados ao campo do Direito, pois como mais uma expressão de arte, interessa a todos os estudantes.

**CULTURAL** - nesse departamento incluí-se o trabalho de incentivar as criações literárias, através de concursos de contos e de poesias, pois já se sentiu o grande interesse dos alunos por essa atividade.

Inclui-se, também, nas atividades do departamento cultura, a realização de cursos e conferências, ampliando cada vez mais a área de seus temas, buscando sempre focar assuntos importantes à atualidade ou aqueles que não sejam tratados em nosso curso, por deficiência do currículo.

---

**NÃO HÁ PARTICIPAÇÃO**

**SEM OPINIÃO**

---

*Grupo Opinião*

*Deber política não devem  
votar*

## GRUPO OPINIÃO

### DIRETORIA:

Presidente	:	Antonio SAMPAIO do Amaral Filho	- 29 E
1º Vice-Presidente:		CARLOS ALBERTO dos Santos	- 39 A
2º Vice-Presidente:		Maria Isabel Sampaio	- 30 B
Secretário Geral	:	MAURÍCIO Augusto Gomes	- 29 D
1º Secretário	:	PAULO Wilson Rocha	- 19 C
Tesoureiro	:	MIGUEL Reis Afonso	- 29 D
1º Tesoureiro	:	José LAURINDO de Oliveira	- 19 I

### REPRESENTAÇÃO DISCENTE:

Congregação	-	Diógenes da Silva Rocha	- 19 Soc.
	supl :	Renato Sansoni Rodrigues	- 19 Mat.
Conselho de Centro	-	Darcy dos Santos Peixoto	- 19 Not.
	supl :	Nélia Margarida M. Fazarella	- 19 Mat.
Conselho De partamental	-	Antonino Prímante	- 39 Not.
		Lia Junqueira	- 49 Mat.
		Sérgio F. Coimbra Magalhães	- 29 Not.
	supl :	Ligia A. Godoy Fortes	- 19 Mat.
Departamen- tos	- Dep. I	Carlos Edson Martins	- 39 Not.
	supl :	Lucimar Fontenele	- 19 Not.
	Dep. II	Carlos Duarte	- 39 Not.
	supl :	Simone Fritschy Louro	- 29 Mat.
	Dep. III	Maria José Gianella	- 39 Not.
	supl :	Andrea Monaco Janotti	- 19 Mat.
	Dep. IV	Armando Novass	- 49 Not.
	supl :	Maria A. Jansen Ferreira	- 19 Not.
	Dep. V	João Scauro	- 29 Not.
	supl :	Wilza A. Caldeira	- 29 Mat.